



Quadro da legislação relacionada aos Planos Municipais da Mata Atlântica

Normas Federais						
ID	Tipo de instrumento	Número	Ano de Publicação	Ementa	Palavra-chave	Fonte para download
1	Decreto Legislativo	3	1948	Aprova a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países de América	Biodiversidade	http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/decreto%20leg%20n3%201948.pdf
2	Lei	6.938	1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	Gestão ambiental	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313
3	Constituição Federal		1998	Constituição da República Federativa do Brasil	Constituição	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
4	Convenção das Nações Unidas		1992	Convenção das Nações Unidas sobre a Conservação da Biodiversidade	Biodiversidade	http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf
5	Convenção-Quadro das Nações Unidas		1992	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima	Clima	http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas
6	Resolução CONAMA	10	1993	Estabelece os parâmetros para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica	Floresta	www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano...
7	Resolução CONAMA	1	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
8	Resolução CONAMA	2	1994	Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado do Paraná	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
9	Resolução CONAMA	4	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Santa Catarina	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
10	Resolução CONAMA	5	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado da Bahia	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
11	Resolução CONAMA	6	1994	Estabelece definições e parâmetros mensuráveis para análise de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
12	Resolução CONAMA	25	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Ceará	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
13	Resolução CONAMA	26	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Piauí	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994

14	Resolução CONAMA	28	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Alagoas	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
15	Resolução CONAMA	29	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, considerando a necessidade de definir o corte, a exploração e a supressão da vegetação secundária no estágio inicial de regeneração no Estado do Espírito Santo	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
16	Resolução CONAMA	30	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Mato Grosso do Sul	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
17	Resolução CONAMA	31	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Pernambuco	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
18	Resolução CONAMA	32	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Rio Grande do Norte	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
19	Resolução CONAMA	33	1994	Define estágios sucessionais das formações vegetais que ocorrem na região de Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul, visando viabilizar critérios, normas e procedimentos para o manejo, utilização racional e conservação da vegetação natural	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
20	Resolução CONAMA	34	1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Sergipe	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
21	Resolução CONAMA	3	1996	Define vegetação remanescente de Mata Atlântica, com vistas à aplicação de Decreto no 750, de 10 de fevereiro de 1999	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1996
22	Resolução CONAMA	7	1996	Aprova os parâmetros básicos para análise da vegetação de restingas no Estado de São Paulo	Restinga	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1996
23	Resolução CONAMA	9	1996	Define "corredor de vegetação entre remanescentes" como área de trânsito para a fauna	Fauna	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1996
24	Lei	9.433	1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370
25	Lei	9.605	1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências	Gestão ambiental	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm
26	Decreto	2.519	1998	Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica	Biodiversidade	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm
27	Lei	9.795	1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências	Educação Ambiental	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm

28	Lei	9.790	1999	Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	Organização da Sociedade Civil	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm
29	Decreto	3.100	1999	Regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	Organização da Sociedade Civil	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm
30	Resolução CONAMA	261	1999	Aprova parâmetro básico para análise dos estágios sucessivos de vegetação de restinga para o Estado de Santa Catarina	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
31	Lei	9.985	2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências	Unidades de Conservação	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322
32	Lei	10.257	2001	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Lei do Estatuto das Cidades	Planejamento	http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-pl.html
33	Decreto	4.339	2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade	Biodiversidade	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4339.htm
34	Decreto	4.340	2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências	Unidades de Conservação	http://www.socioambiental.org/inst/leg/amb.shtm
35	Resolução CONAMA	302	2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno	Áreas de preservação permanente	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
36	Resolução CONAMA	303	2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de APPs – Áreas de Preservação Permanentes	Áreas de preservação permanente	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
37	Lei	10.650	2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA	Gestão ambiental	http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/Lei%2010.650-2003?OpenDocument
38	Lei	10.711	2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências	Floresta	http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/Lei%2010.711-2003?OpenDocument
39	Decreto	4.703	2003	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências	Biodiversidade	http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%204.703-2003?OpenDocument
40	IN MMA	3	2003	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa	Fauna	http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=9&conteudo=conteudo/5384d53e711221d6c7313c334b05eb97.html
41	Decreto	5.092	2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente	Biodiversidade	http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5092-21-maio-2004-532394-norma-pe.html
42	IN MMA	5	2004	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa	Fauna	http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/instrucao_normativa_mma_no_005_2004.pdf
43	Resolução CONAMA	357	2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências	Recursos Hídricos	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
44	Decreto	5.746	2006	Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	Floresta	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2006/2006/Decreto/D5746.htm

45	Lei	11.428	2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências	Floresta	www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=526
46	Lei	11.326	2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	Produção	http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.326-2006?OpenDocument
47	Lei	11.284	2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências	Floresta	http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2006/lei-11284-2-marco-2006-541235-norma-pl.html
48	Decreto	5.758	2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências	Unidades de Conservação	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm
49	Resolução CONABIO	3	2006	Dispõe sobre Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010	Biodiversidade	http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=legislacao&id=16
50	Resolução CONABIO	4	2006	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção	Clima	http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/livro_conabio_completo.pdf
51	Resolução CONAMA	369	2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente	Áreas de preservação permanente	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
52	Decreto	6.040	2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Populações tradicionais	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2007/decreto/d6040.htm
53	Portaria do MMA	9	2007	Reconhece áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira	Biodiversidade	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portaria_mma_092007.pdf
54	Resolução CONAMA	388	2007	Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º § 1º da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
55	Resolução CONAMA	391	2007	Define vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no Estado da Paraíba	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
56	Resolução CONAMA	392	2007	Define vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no de Estado de Minas Gerais	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
57	Decreto	6.514	2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências	Gestão ambiental	www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=583
58	<u>Decreto</u>	<u>6.660</u>	<u>2008</u>	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica	Floresta	http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6660-21-novembro-2008-584236-norma-pe.html
59	Decreto	6.666	2008	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências	Gestão ambiental	http://www.inde.gov.br/?page_id=56
60	Decreto	6.698	2008	Declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil	Recursos Hídricos	http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6698-17-dezembro-2008-584875-norma-pe.html

Obs: esse link é de todas as resoluções

61	IN ICMBio	5	2008	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal	Unidades de Conservação	http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/in_5_icmbio_240.pdf
62	IN MMA	6	2008	Reconhece Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção	Floresta	www.ibama.gov.br/servicos/cites
63	Resolução CONAMA	396	2008	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências	Recursos Hídricos	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
64	Resolução CONAMA	397	2008	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes	Recursos Hídricos	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
65	Decreto	7.029	2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente"	Adequação Ambiental	www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3021
66	Resolução CONAMA	417	2009	Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica	Restinga	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
67	Lei	12.187	2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências	Clima	http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2009/lei-12187-29-dezembro-2009-599441-norma-pl.html
68	Instrução Normativa ICMBio	7	2009	Estabelece procedimentos para criação de RPPN	Floresta	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in072009.pdf
69	Resolução CONAMA	423	2010	Dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica	Floresta	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
70	Resolução CONAMA	425	2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de e outras de uso limitado	Produção	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
71	Lei Complementar	140	2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora	Gestão ambiental	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm
72	Resolução CONAMA	429	2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs	Áreas de preservação permanente	http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1994
73	Lei	12.651	2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa	Floresta	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm

74	Lei	12.727	2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.	Floresta	http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm
75	Decreto	7.830	2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.	Floresta	http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm